SALAH H. KHALED JR.
RICARDO JACOBSEN GLOECKNER

PROVA E VERDADE
NO PROCESSO PENAL

FUNDAMENTOS PARA UMA
EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL
VOLUME II

APRESENTAÇÃO DE **AURY LOPES JR**
PREFÁCIOS DE **LENIO LUIZ STRECK**
E **JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO**

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2027

Sumário

CAPÍTULO UM – NECRÓPSIA DE UMA IMPOSTURA OU DE COMO UMA FICÇÃO PODERIA INSTITUIR UMA RACIONALIDADE..... 1

1.1 Do logos aristotélico à escolástica 8

1.2 A fundação de uma racionalidade moderna e o surgimento do problema da indução 22

1.3 A filosofia analítica como fundamento uniforme do racionalismo e o "novo ídolo": a indução baconiana..... 34

1.4 Uma cultura do fato: a discussão insular acerca do fato, transplantes jurídicos e importações teóricas 64

1.4.1 Taruffo e a importação do whiggismo historiográfico de Twining.....76

1.5 Bentham e as origens da "tradição racionalista".....87

1.5.1 A epistemologia antiprocessual de Bentham.....104

1.6 Por que a filosofia analítica como instrumental filosófico? 108

1.7 Algumas palavras antievolucionistas e uma justificativa de marco teórico..... 124

CAPÍTULO DOIS – A INVENÇÃO (E A DESCONSTRUÇÃO IRRACIONALISTA) DA TRADIÇÃO RACIONALISTA DA PROVA.....141

2.1 As teorias racionalistas e o "neokantismo alienado": refundação da teoria geral do processo e reforço do instrumentalismo?.....142

2.2 A invenção de uma tradição: o empirismo probatório ou das regras aos "fatos" 156

2.2.1 As guerras civis do racionalismo, ou de como uma tradição sem doutrina se mantém unida pela excomunhão.....212

2.3 Somos todos irracionalistas agora?.....218

CAPÍTULO TRÊS – SISTEMAS PROBATÓRIOS E SEMÂNTICAS POLÍTICAS DA VERDADE 223

3.1 Introdução às semânticas políticas da verdade e sua correlação com o processo penal 223

3.2 Os sistemas probatórios como decisão política sobre o resíduo do indecidível 227

3.3 A prova processual e sua historicidade: ordálias, provas tarifadas e sua crise 228

3.3.1 As ordálias inscritas nos sistemas probatórios 229

3.3.2 As provas tarifadas (ou legais) no procedimento medieval e moderno 241

3.3.3 Confissão como centro do sistema, penas extraordinárias e as "provas indiretas" 249

3.3.4 A teoria das provas tarifadas negativas 253

3.3.5 A crise do sistema das provas tarifadas 256

3.4 Do probabilismo medieval ao advento da probabilidade moderna 272

3.4.1 Da concepção clássica à concepção moderna de prova 278

3.5 Liberdade das Provas e ampliação dos poderes discricionários do juiz 294

3.6 Livre Convencimento: gênese, mutações e ressignificações autoritárias 306

3.7 Verdade real, evidência e política da prova 328

CAPÍTULO QUATRO – A ANALÍTICA RACIONALISTA DA PROVA: QUESTÃO DE FATO, MÁXIMAS DE EXPERIÊNCIA, DIFUSÃO NA MARGEM E CORRESPONDÊNCIA 347

4.1 Questão de fato e questão de direito: a unidimensionalidade da problemática racionalista 347

4.2 "Máximas de (in)experiência" e decisionismo 359

4.3 A recepção acrítica do racionalismo probatório no Brasil 378

4.3.1 Confrontando a mistificação brasileira em torno dos ***standards*** e da injustiça epistêmica 384

4.3.2 Reforço dos poderes instrutórios do juiz, ampliação do quadro probatório e enfraquecimento das regras de exclusão 390

4.3.3 A busca da verdade como objetivo institucional do processo e a introdução do raciocínio abdutivo 402

4.4 O conceito de verdade como correspondência de Alfred Tarski 417

4.4.1 A verdade formal com outro nome: a relativização a índices e o retorno do recalcado carneluttiano 460

4.4.2 O verditivo travestido de constativo: o erro categorial na fundação racionalista 467

CAPÍTULO CINCO – A POLÍTICA CRIMINAL DO RACIONALISMO 471

5.1 A política criminal do racionalismo: entrelaçamento autoritário de poder e saber 471

5.2 Inventário de uma implosão 491

CAPÍTULO SEIS – A FUNÇÃO EPISTÊMICA DO JUIZ COMO CONTRAPODER PUNITIVO NA REALIDADE MARGINAL: TRILHANDO O CAMINHO DECOLONIAL (E TRANSMODERNO) NO PROCESSO PENAL 495

6.1 Um olhar empírico disruptivo contra a abstração racionalista 496

6.2 Realismo marginal: lugar de encontro entre o direito penal e os jardins devastados da periferia 503

6.3 Para além da abstração dogmática: contemplando os eventos da vida 513

6.4 Criminalização secundária
e seletividade racista: o cárcere tem cor 523

6.5 A vingança penal e a renúncia
aos discursos de justificação da pena.....535

6.6 A função epistêmica do juiz no processo penal:
o exercício de contrapoder punitivo 545

6.7 Quando a guerra estoura, tudo se encontra
na ponta da espada: a fenomenologia processual
de James Goldschmidt em uma releitura decolonial 563

6.7.1 De Bülow a Ferrer Beltrán:
a crítica goldschmidtiana à teoria
da relação jurídica como matriz
de uma crítica à teoria geral da prova.....576

6.8 Trilhando o caminho decolonial
(e transmoderno) no processo penal..... 589

REFERÊNCIAS 599